

A FAMÍLIA ESCRAVA ENTRE A ESFERA HISTORIOGRÁFICA E ANTROPOLÓGICA

Caetano De' Carli¹

A Família enquanto categoria analítica

A historiografia passou por uma crise de paradigmas que colocou em xeque várias categorias analíticas comumente empregadas nas ciências sociais, tais como cultura popular, classe, estrutura e família. Em razão disso, alguns historiadores iniciaram uma campanha de descrença dessas categorias, como se as suas utilizações passassem sempre por uma mania cientificista. A valorização da voz do agente histórico foi uma das formas que a atual historiografia encontrou para superar essa época de dúvidas e questionamentos. Em busca de uma História mais humanizada, há, atualmente, uma necessidade de aproximar as categorias analíticas empregadas pelo historiador

com a realidade de quem viveu o passado. Essa é, sem dúvida, uma forma de utilizá-las de maneira enriquecedora para a historiografia (CHARTIER, 1994: 97-113).

A família é uma categoria de análise que, se utilizada de forma distante da vivência do agente histórico, distorce a realidade. Ela pode ser tratada como uma organização social que se opera como rede básica na sociabilidade do indivíduo. O estudo de parentes é uma forma de analisar um grupo de pessoas no qual alguém pode se apoiar perante as dificuldades do dia-a-dia. A família como organização social desempenha várias funções que podem passar, de acordo com cada caso, pela proteção social, união sexual socialmente aceitável, cooperação

¹ Mestrando em História pela Universidade de Brasília. E-mail: caetanodecarli@hotmail.com

econômica, reprodução de valores e educação. Essas funções adquirem uma variabilidade enorme de acordo com a especificidade histórica e cultural de cada povo (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996; WOORTMAN, 1987; MURDOCK, 1949).

As relações familiares são constituídas, basicamente, a partir da filiação e do casamento que não precisam, necessariamente, estar presentes mutuamente num núcleo familiar para denominá-lo de família. A família não será tratada como sendo, unicamente, a família nuclear. Dar-se-á maior ênfase na sua operacionalidade prática, do que na tipificação. Congelá-la numa estrutura mãe-pai e filhos(as) somente excluiria inúmeras possibilidades de vivências familiares presentes fora desse eixo. Partindo dessa ótica, todo(a)escravo(a) ou escravo(a) crioulo(a) foi membro de uma família, na medida em que eles desenvolveram relações familiares com, pelo menos, sua mãe. E todo(a) cativo(a) africano que se casou ou teve filhos também constituiu família. No seu ciclo de vida, uma escrava ou escravo crioulo que casou possuiu, pelo menos, duas famílias. A primeira, onde ele(a) desenvolvia o papel de filho(a), e a segunda, onde desempenhava o papel de pai-marido ou mãe-esposa. Isso varia de caso a caso, mas evidencia que as relações familiares não são perpétuas; elas se modificam de acordo com o tempo de vida de cada um. A família é uma organização social criada e recriada pelo agente histórico em seu dia-a-dia (RADCLIFFE-BROWN, 1973; MURDOCK, 1949).

Baixas Taxas de Casamento entre a População Escrava; uma Problemática na Historiografia

Na projeção do passado contida na tradição, a qual as pessoas usam comumente para dar identidade à cultura presente, emergem temas tão repetidos e marcantes que o trato deles na historiografia tem o poder de gerar reflexões profundas, enjões sinceros e críticas raivosas. No passado do Brasil, nenhuma temática tem tanto esse poder quanto a escravidão. A sua projeção se faz presente

na vida comum do brasileiro quando ele assiste a uma novela de época, um debate sobre cotas para a universidade pública; quando ouve um comentário de um locutor esportivo sobre a origem da ginga brasileira, ao ligar o rádio e escutar um samba, um maracatu, um axé; mais ainda, quando assiste a uma propaganda de televisão na qual se diz que ele é brasileiro porque veio da mistura do índio, do branco e do negro. Cabe ao historiador o papel de contestar essa tradição, apresentando novas evidências, não tão reducionistas e incompletas, que atendam à carência de orientação temporal provocada por essa temática (RÜSEN, 2001).

Nos países onde vigoraram o sistema escravocrata moderno, o passado escravista gerou debates, seja no campo historiográfico ou no âmbito do senso comum, que se repetiram através de várias gerações. No Brasil e nos Estados Unidos, os historiadores demoraram aproximadamente 100 anos para apresentar uma projeção alternativa sobre o modo de vida escravo, que diferisse realmente da visão escravocrata ou abolicionista. A idéia de que o escravo foi uma coisa ou de que a escravidão retirou do cativo sua condição humana foi reproduzida ao longo dos tempos por historiadores como Gilberto Freyre, Franklin Frazier, Florestan Fernandes e Stanley Elkins. Tais idéias contribuíram para esses autores projetarem a moral familiar do escravo como sendo regida pela promiscuidade.

Na esfera historiográfica brasileira sobre a família escrava, Gilberto Freyre coloca que "*não há escravidão sem depravação sexual*". Essa idéia é embasada pelas projeções que o autor narra sobre o papel social desempenhado pela cativa na Casa Grande. Ela foi descrita como a mãe-solteira, a serva sexual do seu senhor, ou a iniciadora sexual do filho do senhoril. Esse autor compara, inclusive, os papéis distintos exercidos pela esposa do senhor e a escrava, afirmando que "*a virtude da senhora branca apóia-se em grande parte na prostituição da escrava negra*". Não foi reservada à escrava, dentro da obra de Freyre, a vida familiar, uma vez que, supostamente, essa vida era sinônimo

de moralidade. Sendo ela impedida pelo sistema escravista de exercer um papel moralmente aceitável de mãe ou esposa, a sua família foi caricaturada como subordinada e inferiorizada em relação à família do proprietário de escravos. A Escola Sociológica da USP, mesmo com tantas diferenças teóricas e metodológicas em relação à obra de Freyre, não projetou, aos cativos, a possibilidade de desenvolver relações familiares estáveis. Florestan Fernandes coloca o escravo como uma vítima passiva de um sistema danoso, que os impedia de ter uma conduta moral ou uma família estável. O escravo vivia supostamente num estágio de patologia social, o que justificava seu dito comportamento sexual promíscuo e o não desenvolvimento de uma moralidade familiar (SLENES, 1999; FERNANDES, 1965; FREYRE, 1933: 399,539).

Na historiografia norte-americana, até o final da década de 30, vigorava um paradigma influenciado por uma visão senhorial do sistema escravista sulista que teve como maior representante Ulrich Bonnell Phillips. Esse historiador descreve que o tratamento e a educação dos escravos nas *plantations* do Velho Sul era semelhante a uma escola primária, onde o constante treinamento e controle ajudariam os negros a saírem de um dito estágio atrasado do processo civilizatório. Nas décadas de 40 e 50, paralelamente às reivindicações neo-abolicionistas nos Estados Unidos, o escravo foi vitimizado por historiadores envolvidos nesses movimentos sociais. Franklin Frazier subestima a capacidade de adaptação dos escravos ao regime escravista. Segundo ele, "*relações sexuais promíscuas e mudanças constantes de parceiros são a regra entre os negros desmoralizados*". Em "*Slavery – A Problem in American Institutional and Intellectual Life*", Stanley M. Elkins defende a tese de que, na América Latina, a interferência da Igreja e/ou da Monarquia nas relações senhor-escravo foi responsável por um abrandamento do escravismo. Na escravidão do Sul dos Estados Unidos, no entanto, nada se interferiu, supostamente, entre senhores e cativos, o que

transformara a escravidão nessa região em algo similar a um regime de campo de concentração nazista (KOLCHIN, 1993; GUTTMAN, 1976; ELCKINS, 1959).

A partir da década de 1970, uma geração de historiadores norte-americanos irá apresentar novas alternativas de projeção do modo como os escravos viveram e desenvolveram suas relações familiares. Eugene Genovese foi o principal representante dessa nova vertente historiográfica. Em "*Terra Prometida – O Mundo que os Escravos Criaram*", ele ressalta que, por mais que os sistemas legais dos regimes escravistas instituíssem um *status* de propriedade ao cativo, os escravos tinham, dentro de uma margem limitada de possibilidades, como "*criar seu espaço vital*". Sabendo que era impossível governar os escravos enquanto propriedades absolutas, os senhores preferiam ceder algumas vantagens aos mesmos, como liberdade de culto, doação de roupas e alimentos, permissão para realizações de festas, para casamentos, para cultivarem roças próprias e criarem animais. Qualquer atitude que fugisse desse padrão era considerada, tanto pelos brancos quanto pelos negros, como injusta. A situação conflitante que em tese seria natural entre senhores e escravos foi normalmente apaziguada pelo paternalismo, o que evitava a desordem desse sistema. Ele não garantia aos escravos um tratamento que os livrassem do açoite, no entanto, o açoite exagerado seria visto como abusivo. Normalmente, um escravo trabalharia melhor para quem o tratasse bem do que para quem exagerasse nos maus-tratos. O paternalismo, como prática ideal, foi importante, portanto, para garantir aos senhores um ambiente estável nas senzalas, fundamental para se obter uma boa produtividade dos cativos. Ao mesmo tempo, ele foi o pilar da margem de negociação dos escravos com os seus senhores. Nas palavras de Genovese, "*o comportamento dos escravos moldou-se, a partir de sua adaptação, a um relacionamento paternalístico, no qual eles definiram seu papel à sua própria maneira*". Para obter uma melhor produção,

A família escrava entre a esfera historiográfica e antropológica

Caetano De' Carli

muitos senhores davam dinheiro ou presentes aos cativos, deixavam-nos trabalhar por conta própria no Domingo e permitiam-lhes o culto cristão. (GENOVESE, 1976: 214).

Em relação à religião dos escravos, Genovese descreve como eles adaptaram muitos de seus costumes populares ao cristianismo protestante, acrescentando-lhe uma dança e uma música completamente novas. Além disso, essa religião acabou integrando o senhor e o escravo num mesmo plano cosmológico, o que fazia, por exemplo, com que alguns escravos considerassem seus donos humanos, e até lhes desejassem bem enquanto pessoas, apesar de condenarem e/ou lamentarem a escravidão. Ao mesmo tempo, o cristianismo protestante conferiu aos escravos uma "força coletiva", uma forte rede de sociabilização que, dentro do seu "individualismo politicamente perigoso", acabava provocando situações muito propícias ao surgimento, por exemplo, de lideranças entre os cativos, expressas na figura do pregador de cor. "*Quando os escravos negros adotaram o cristianismo, transformaram-no numa religião de resistência, nem sempre de desafio revolucionário, mas o tipo de resistência espiritual que aceitava os limites do politicamente possível*". (GENOVESE, 1976: 366).

Herbert Guttman, em *The Black Family in Slavery and Freedom 1750 – 1925*, também criticou a visão clássica de que os escravos sulistas eram *sambos*, analisando o parentesco dos cativos como uma adaptação de práticas da África Ocidental ao regime escravocrata. Ele se apropriou de teorias antropológicas que viram o parentesco como a estrutura das sociedades elementares, e o colocou como uma adaptação dessa estrutura por parte dos escravos afro-descendentes a uma sociedade complexa como a do Velho Sul estadunidense. O autor estudou, por exemplo, os relacionamentos sexuais das cativas antes do casamento como uma inaptidão das mesmas às práticas celibatárias da classe senhorial. Isso, em parte, derivava do fato de que na própria África esse

celibato não era praticado. A fidelidade, todavia, era esperada, tanto da mulher como do homem escravo depois do casamento. Explicou a freqüente transferência do nome do avô ou do bisavô para a criança escrava como um transplante de práticas de parentesco oriundas da África Ocidental. Foi natural, então, ter existido uma maior afinidade entre o avô e o filho, em detrimento das tensões ocorrentes entre avô-pai e pai-filho. Para Guttman, essa afinidade tornou-se evidente na cultura dos escravos americanos, pois eram muitas as adoções de nomes de avôs e bisavôs por parte dos filhos. Os cativos teriam, por fim, herdado das práticas africanas, o parentesco como o "*idioma normal das relações sociais*" (GUTTMAN, 1976: 64-67, 197; RADCLIFFE-BROWN, 1973).

No paradigma da história econômica, Robert W. Fogel e Stanley L. Engerman criticaram a visão de que o sistema escravista no sul dos Estados Unidos era economicamente irracional e que estava em processo de decadência nos anos que antecederam a Guerra Civil. Esses autores enfatizaram que a lavoura escravista era mais eficiente do que o sistema de lavoura familiar existente nos estados do norte dos Estados Unidos, uma vez que "*mão de obra escrava típica não era preguiçosa, inapta e improdutivo. Em média ele trabalhava mais forte e de maneira mais eficiente em contrapartida a um trabalhador branco*". Tais idéias entraram em contraste com as visões de que a escravidão era ineficiente e que provocava exaustão do solo, restringia o desenvolvimento de manufaturas e conflitava com a urbanização. Sobre a família escrava, também contestam a visão vitimizadora colocada por Frazier, afirmando ser um mito a crença de que a exploração sexual e a promiscuidade corromperam a família cativa no sistema escravista sulista (FOGEL & ENGERMAN, 1974: 5, 59-67).

Sob a luz dessas novas influências, durante a década de 1980, historiadores brasileiros iniciaram um processo de crítica sobre muitos argumentos contidos na esfera his-

A família escrava entre a esfera historiográfica e antropológica

Caetano De' Carli

torigráfica composta por Freyre e pela Escola Sociológica da USP. João José Reis e Eduardo Silva destacaram que, entre o escravo passivo extremo (O Pai João) e o escravo revoltoso extremo (Zumbi), houve uma rede imensa de possibilidades de negociação e conflito dentro do cotidiano do cativo. Marcus Carvalho enfatiza que não existiu, no campo da vivência real, a posição de propriedade plena instituída legalmente ao escravo. A liberdade se apresentou ao cativo com um vir-a-ser, uma busca que se operou em atitudes presentes no cotidiano, ou mais precisamente, em gestos e idéias tipicamente humanas, como sonhar, odiar, amar, planejar, acreditar. Para o autor, da mesma forma que havia os escravos que sonhavam em comprar sua própria alforria, também existiam aqueles que gastavam os seus ganhos em bebedeiras. Talvez esses últimos achassem que valesse mais a pena a felicidade presente, do que o planejamento buscando um futuro supostamente melhor. Ser escravo, portanto, não foi um dado concreto. O cativo se encontrava sempre entre a propriedade plena (instituída pelo seu *status* legal) e a liberdade plena (o vir-a-ser buscado pela vivência individual). Esses historiadores modificaram a visão de resistência escrava de Clóvis Moura (restrita à quilombagem) e passaram a enfocá-la dentro de atividades do cotidiano, citando exemplos de escravos que trocavam de nome e se apresentavam como libertos quando não estavam sob olhar senhorial, que possuíam redes de influências com pessoas importantes da província, ou que simplesmente, cuspiam na água em que seu senhor bebia (REIS & SILVA, 1989; CARVALHO, 1998).

Apesar dessa geração ter tocado brevemente na temática da família escrava, principalmente quando se referia a processos de alforrias, foram as pesquisas de Manolo Florentino, José Roberto de Góes e Robert Slenes que refletiram mais profundamente essa temática. Em "*A Paz nas Senzalas*", Florentino e Góes seguiram a linha dual de Genovese. Ambos analisaram a relação se-

nhor-escravo como uma situação naturalmente conflitante. No entanto, ao invés de as partes partirem para um conflito direto, na maioria dos casos ocorria uma negociação. Se Genovese afirmava que os escravos se apropriavam do cristianismo, a religião dos senhores, transformando-a, na medida do possível, numa religião própria deles, Florentino e Góes enfatizavam o parentesco como um elemento estrutural presente na relação de classes entre senhores e escravos, capaz de reproduzir uma paz social. Haveria um jogo de duplo interesse que apaziguava a situação de natural confronto, ou "*natural estágio de guerra social*". De um lado, o parentesco garantiria um benefício político para os senhores, uma vez que ele inibiria a guerra dos escravos contra seus proprietários. De outro lado, ele humanizava o cativo garantindo-lhe uma vivência menos árdua (FLORENTINO & GÓES, 1997).

Robert Slenes seguiu uma linha mais semelhante à de Herbert Guttman, tratando os laços familiares dos cativos de Campinas a partir de adaptações de práticas de parentescos africanas. Segundo ele, os altos índices de casamentos entre a população escrava de Campinas poderiam ser justificados pelo fato de que sua maioria era oriunda de uma região da África que adotava práticas de parentescos não poligâmicas, e a família nuclear era predominante. A partir de interpretações das gravuras oitocentistas e da literatura de viagem, o autor demonstrou evidências de práticas de parentesco dos escravos dessa região. A cultura material das casas dos cativos casados refletia uma cultura espiritual na África. O fogo de suas residências estaria ligado a uma linhagem de parentesco e sua manutenção visava a estabelecer relações com os antepassados. Slenes destaca a formação de famílias escravas e alerta que tal formação não pode ser explicada apenas em função de um cálculo senhorial, mas principalmente com as relações de parentesco vivenciadas pelos cativos, que eram tipicamente africanas. O autor, no entanto, não abandona, por completo, a linha genovesiana, quan-

A família escrava
entre a esfera
historiográfica e
antropológica

Caetano De' Carti

do afirma que a constituição da família escrava proporcionou aos cativos algumas compensações que se traduziam em formas de resistência ao sistema escravista. Para ele, o parentesco seria uma conquista dos escravos, uma vez que não era interessante para os senhores a formação de laços tão sólidos de solidariedade entre os mesmos, e por isso, os escravos teriam na família “*um projeto de vida*” (SLENES, 1999).

A análise dos laços de parentesco entre os cativos brasileiros, conforme historiografia mais recente, dimensionou o papel do escravo, anteriormente coisificado e inferiorizado, em uma condição humana. Se os escravos foram capazes de ter a família como um projeto de vida, eles puderam viver como seres humanos, mesmo sob circunstâncias adversas. Esse caminho, no entanto, acabou gerando algumas controvérsias. Afirmar que houve relações familiares estáveis entre os cativos brasileiros não responde, por completo, à questão da idéia vulgar e anacrônica de que constituições familiares entre mães e filhos(as) ocorriam pelo caráter degradante da escravidão. Conjectura-se que, antes de qualquer questão moral, o casamento foi pensado pelas cativas como uma estratégia de assegurar mecanismos que garantissem uma melhoria de vida para si e para seus filhos. Algumas pesquisas antropológicas sugerem outros olhares sobre o casamento que podem elucidar a tese de que tanto o casamento, quanto o não-casamento, ou a família nuclear ou família com pai ausente, eram estratégias de vivências puramente humanas.

Algumas Perspectivas Antropológicas sobre Campo Doméstico, Baixas Taxas de Casamentos e Famílias Matrifocais

A) Campo Doméstico

Grande parte das relações familiares e de suas funções se opera no campo doméstico. Essa categoria de análise foi empregada por Meyer Fortes em suas pesquisas sobre a estrutura social dos Tallensi. Esse autor buscou entender elementos do parentesco dessas comunidades de maneira isolada, procurando

descobrir, sobretudo, as diferenças de funcionalidade dos mesmos. Segundo o autor, entre os Tallensi predominavam dois laços de parentesco: os laços de linhagem e os laços cognitivos. Os laços cognitivos eram construídos sobre relações cotidianas, incluindo relações individuais, tais como o afeto, a cooperação econômica e a educação. Já nos laços de linhagem, estavam contidas as relações sociais baseadas em descendência comum: costumes, valores e regras de direitos e deveres, a partir do parentesco. (FORTES, 1949).

Supor que o campo doméstico possui uma funcionalidade própria é, sobretudo, reconhecer que as relações domésticas não são regidas unicamente por costumes públicos. Nessa perspectiva, os valores patriarcais (desenvolvidos no campo público) encontram menos – ou mais funcionalidade – em algumas organizações domésticas. Em famílias matrifocais, por exemplo, em que o papel de marido-pai tende a ser secundário perante o da esposa-mãe, cria-se uma situação de maior tensão entre a autoridade concedida ao pai pelo campo público (patriarcalismo) e a autoridade concedida à mãe pelo campo doméstico (matrifocalidade).

O campo público pode ser analisado de acordo com a sua importância para o campo doméstico. As atividades podem ser interpretadas a partir das possibilidades que poderiam oferecer ao escravo(a) de agregar vantagens, ou desvantagens, à sua esfera privada. O que o serviço de campo poderia representar para o cativo enquanto pai-marido, ou o serviço de cozinha poderia representar para a cativa no papel de mãe-esposa. A performance no trabalho serve de base para melhoras no dia-a-dia do cativo, tais como uma melhor qualidade de vida no que diz à alimentação, vestimenta, moradia e remuneração.

Em relação às atividades que os escravos desempenhavam, há uma variação interminável delas. Algumas podiam proporcionar-lhes uma melhor condição de vida. Stefano Fenoltea atenta para uma divisão dessas atividades em dois grupos: atividades intensivas em es-

A família escrava entre a esfera historiográfica e antropológica

Caetano De' Carli

forço e atividades intensivas em habilidade. As primeiras seriam aquelas sobre as quais o controle coercitivo tinha eficácia na obtenção de lucros, pelo proprietário, como por exemplo, o corte da cana ou plantil do café, nas quais o rendimento do cativo era mais controlável e a destreza para realização do serviço era quase mecânica. As atividades intensivas em habilidades seriam aquelas nas quais esse tipo de controle não exerciam quase nenhuma eficácia, e o senhor teria de se valer de outros estímulos para um melhor aproveitamento do serviço, como por exemplo, o pagamento remunerado, ou a promessa de concessão de alforrias. Em atividades como cozinhar, fazer renda, serviço de ganho, aleitamento, canoagem, por motivos diversos e particulares, a coerção, e as ameaças, não resultariam em bons serviços prestados pelo uso da mão-de-obra escrava. Essa tese procura, portanto, comprovar que a atividade desempenhada foi um fator de manobra dos cativos para obtenção de qualidade de vida. (FENOALTEA, 1984).

Esse modelo de Fenoaltea pode servir de método para tentar entender as relações de poder dentro do campo doméstico do cativo. A partir de listagens de atividades escravas pode-se especular quem possuía uma maior tendência a agregar benefícios ao campo doméstico; o escravo em seu papel de pai-marido, ou a mulher em seu papel de mãe-esposa. Em uma pesquisa sobre o Campo Doméstico dos cativos sertanejos em Pernambuco, na segunda metade do século XIX, verifiquei que os cativos tendiam a desempenhar mais atividades intensivas em esforço em comparação às cativas que, por sua vez, tendiam a desempenhar as relações domésticas de limpeza, cozinha e cuidados com os filhos devido à falta de contribuição do serviço masculino nessas tarefas. Essa situação garantiria, no Campo Doméstico desses escravos, uma tendência à matrifocalidade que, possivelmente, teve como resultado as baixas taxas de casamentos dessa população cativa. (DE' CARLI, 2006).

B) Baixas Taxas de Casamentos

A antropóloga Carol Stack pesquisou a instabilidade das relações conjugais entre os

membros de uma comunidade urbana de afro-americanos nos Estados Unidos recusando-se a aplicar à sua base empírica padronizações que classificassem esse comportamento como uma degradação moral, seja ele justificado por questões econômicas ou raciais. Ela menciona três razões para as baixas taxas de casamento: a instabilidade financeira do homem negro e sua incapacidade de dar uma estabilidade econômica ao seu lar e às suas crianças; a perda do auxílio governamental quando as mães solteiras se casavam; e a necessidade de, ao mesmo tempo, o casal ter que cumprir obrigações tanto com a sua nova família quanto com a antiga, com a qual já havia desenvolvido, antes do casamento, uma relação de dependência de uma sólida rede de direitos e deveres. A autora explicou que a insuficiência de recursos e a instabilidade de trabalho para o homem e para a mulher daquela comunidade geraram uma necessidade de se fazer parte de uma rede doméstica, na qual parentes e amigos trocavam favores que iam, desde empréstimos de bens materiais, até o compartilhamento de responsabilidades sobre as crianças. A forte lealdade a essa rede prejudicava a estabilidade dos casamentos, visto que, nem o homem nem a mulher conseguiam se manter fiéis a ela, a não ser em casos extremos de mudança de cidade. A autora concluiu que esse tipo de organização familiar – completamente diferente do modelo de família nuclear – era uma estratégia de sobreviver às dificuldades financeiras. Klaas Woortman, em sua pesquisa sobre comunidades pobres urbanas na cidade de Salvador, analisa a presença de baixas taxas de casamento como um índice de que as mulheres, por contarem com uma oferta maior e melhor de trabalho em relação aos homens, possuíam um nível de autonomia financeira que podia ser afetado por um casamento mal feito. O homem, com maior dificuldade de conseguir um emprego estável e com a pouca utilização do seu serviço em atividades domésticas, passava a ser, nas *famílias das mulheres*, uma boca a mais. Vê-se nessas duas pesquisas, que al-

gumas condições sociais específicas influenciam as estratégias de casamentos dos indivíduos e que, nem sempre, o casamento pode ser encarado como um bom negócio (WOORTMAN, 1987) (STACK, 1974:23).

C) Família Matrifocal

Raymond Smith desenvolve um conceito de matrifocalidade que difere do modelo tradicional aplicado somente às famílias com o pai ausente. A família matrifocal é, para ele, aquela na qual o domínio do campo doméstico é exercido pela mãe-esposa. Isso ocorre quando o homem (se presente) fica em posição secundária no campo doméstico, pois, no seu papel de marido-pai, não consegue ser mais importante que a mulher em termos de *status* social e em força econômica que possa levar o grupo doméstico a algum tipo de estágio de desenvolvimento. Segundo o autor, existe uma co-relação entre o papel do pai-marido e o do homem no sistema econômico e na estratificação social. Quando há uma tendência à desqualificação do papel do homem pertencente a determinada classe social no sistema econômico há, também, uma tendência à marginalização do papel de pai-marido dentro do núcleo familiar (SMITH, 1996).

Conclusão

A obsessão da antropologia pelo foco na dinâmica social das análises culturais abre uma multiplicidade de caminhos a serem

seguidos pela pesquisa histórica. O parentesco, estudado pelos antropólogos, desde a pesquisa de Lewis Morgan entre os iroqueses, em 1864, corresponde a um campo de análise que atende a várias carências na historiografia. Da mesma forma que não se deve olhar, atualmente, para uma comunidade urbana pobre com baixas taxas de casamento e classificá-la como imoral, a visão de que famílias escravas chefiadas por mulheres ou com pais ausentes eram frutos de uma patologia social é equivocada. Compreender o não-casamento entre os escravos é tão importante para se analisar o modo de vida cativo quanto demonstrar que a sua família era um projeto de vida. O debate sobre a moralidade familiar, presente nos argumentos abolicionistas e escravocratas, deve ser posto num plano analítico periférico de uma análise funcional do parentesco. Ele só é útil se o foco da pesquisa for o *status* da família escrava. A escrava doméstica, mãe-solteira, tão citada na obra de Gilberto Freyre, pode não ter sido a cativa-padrão dentro do sistema escravista brasileiro, mas o seu esquecimento não deve ser operacionalizado. Deve-se contestar a visão freyriana, embasada na falta de moralidade das escravas solteiras, com uma visão histórico-antropológica do comportamento dessas mulheres, tendo em mente onde os laços de parentesco são realmente vividos: a vida prática dos agentes históricos (BOURDIEU, 1990).

A família escrava entre a esfera historiográfica e antropológica

Caetano De' Carli

Referência Bibliográfica

- BOURDIEU, P. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. UNESP. 2002.
- CARVALHO, Ianá Moreira de & ALMEIDA, Paulo Henrique de. *Família e Proteção Social*. Sciello (www.sciello.br). 2003.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998.
- CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994 p. 97-113.
- DE' CARLI, Caetano. *A Família Escrava no Sertão de Pernambuco (1850-1888) – O Caso da Fazenda Pantaleão*. Revista do Instituto Histórico Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. n. 61, Julho de 2005. Recife. pg. 151-168
- _____. *Mães, Filhas e Esposas: Os Papéis Domésticos das Escravas Sertanejas em Pernambuco (1850-1888)*. Encontro Regional de História. Anpuh-Rio de Janeiro. 2006.
- ELCKINS, Stanley M. *Slavery. A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. The University of Chicago Press. 1959.
- FERNANDES, Florestan. *Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.
- FENOALTEA, Stefano. *Slavery and Supervision in Comparative Perspective: A Model*. Journal of Economic History, 44. 1984. 635-668.
- FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. *Time on the cross: The economics of american negro slavery*. London: Harper'S Magazine Press. 1974.
- FLORENTINO, Manolo Garcia & GOES, Jose Roberto. *A paz nas senzalas, famílias e escravas e tráfego Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FORTES, M. *The Web of Kinship among the Talensi*. London: Oxford University Press, 1949.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 13ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966.
- GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GUTMAN, Herbert G. *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925*. New York: Vintage, 1976.
- KOLCHIN, Peter. *American Slavery. 1619-1877*. Hill and Wang, New York, 1993
- MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. Brasília: IBIR/FUNAG, 2002.
- MURDOCK, G. P. *Social Structure*. New York: Free Press, 1949.
- NEEDHAM, Rodney. *Rethinking Kinship and Marriage*. Tavistock Publications [s.d].
- OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento – Social no Séc. XX*. Jorge Zahrah Editora. 1996.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.USP.
- REIS, João Jose e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: EdUnB, 2001.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor, esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SMITH, Raymond. *The Matrifocal Family – Power, Pluralism, and Politics*. Routledge. 1996.
- STACK, Carol. *All Our Kin*. Basic Books. NY, 1974
- VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo O. *Estrutura de Escravos e Riqueza em Pernambuco, Brasil (Séc. XIX)*. BRASA 2002.
- VERSIANI, Flávio R.: "Os escravos tinham um tratamento 'doce' no Brasil? relendo Gilberto Freyre" (Artigo não publicado e gentilmente cedido pelo autor).
- WOORTMAN, Klaas. *A Família das Mulheres. Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1987.

